

DESAFIOS E AVANÇOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O COMBATE AO ANALFABETISMO E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Eder Magnus Almeida Alves Filho¹

A situação da educação no Brasil tem sido objeto de discussão ao longo do tempo, com avanços significativos nas últimas décadas do século XX. No entanto, apesar dos esforços para combater o analfabetismo e melhorar a educação, o desafio ainda é presente no início do século XXI, tanto no Brasil quanto em todo o mundo. Um terço da população global é composta por analfabetos, sendo que nos países em desenvolvimento essa taxa pode chegar a mais da metade da população. No contexto brasileiro, o analfabetismo é um problema que acompanha o país desde seus primórdios, perdurando ao longo de sua história de mais de 500 anos. A difusão da alfabetização no Brasil ocorreu gradualmente durante o século XX, acompanhando o lento desenvolvimento do sistema público de ensino. Foi somente a partir de 1947, com a implementação do Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação e o início da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, que as primeiras políticas públicas foram estabelecidas para instruir jovens e adultos (DINIZ; MACHADO; MOURA, 2014).

A educação de adultos, como plataforma política de governo de Getúlio Vargas, teve como objetivo principal elevar os níveis de escolarização da população, visando também a elevação do nível cultural dos cidadãos. Para isso, foram organizadas escolas em diferentes regiões do país, conhecido como Educação de Várzea. Inicialmente focada na alfabetização, essa iniciativa se tornou conhecida como "Fábrica de Leitores". No entanto, Lourenço Filho percebeu que somente a alfabetização não seria o suficiente e iniciou um movimento de educação mais amplo junto às comunidades. Em 1958, durante o Congresso de Educação de Adultos convocado por Juscelino Kubitschek, a experiência do grupo de Pernambuco liderado por Paulo Freire ganhou destaque. Esse grupo buscava desenvolver a educação de adultos com críticas às

¹Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF) - UFS.

precárias condições das escolas, ao material didático inadequado e à qualificação dos professores. Além disso, propunham inovações pedagógicas, enfatizando uma educação com o homem e não apenas para o homem, promovendo a participação ativa do grupo nas discussões e processos educativos (FRIEDRICH et al., 2010).

A baixa escolaridade no Brasil, principalmente entre a população mais idosa, mostra um histórico de exclusão educacional. Muitas gerações nascidas até a década de 1970 e início dos anos 1980 não tiveram acesso à educação, resultando em altas taxas de analfabetismo conforme a idade aumenta. Um levantamento estatístico da Pnad revela que no estado do Maranhão, em 2019, 45,9% da população com 60 anos ou mais era analfabeta, com percentuais ainda maiores nas regiões Norte e Nordeste. Essas disparidades educacionais refletem as desigualdades inerentes ao federalismo brasileiro. Além disso, mais da metade dos municípios brasileiros apresentam taxas de analfabetismo acima de 30% para a população com 50 anos ou mais, evidenciando a urgência de políticas e programas de educação de adultos. No entanto, para as gerações mais jovens, o panorama melhorou consideravelmente. O acesso universal ao ensino fundamental, acelerado após a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um fator determinante nessa melhoria (SAMPAIO; HIZIM, 2022), reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96 (SILVA, 2019). Essa constituição, em contraste com a de 1967, que foi estabelecida durante a ditadura militar e priorizava interesses econômicos em detrimento da democracia e dos direitos individuais e sociais, promoveu avanços significativos na área educacional (SAMPAIO; HIZIM, 2022).

Ao longo de sua história, a educação no Brasil enfrentou desafios significativos, como a persistência do analfabetismo e a exclusão educacional, especialmente entre a população mais idosa. No entanto, é importante reconhecer os avanços que foram conquistados ao longo do tempo. A implementação de políticas públicas, como a Educação de Adultos e a criação de escolas em diferentes regiões do país, mostram um esforço para elevar os níveis de escolarização e promover o desenvolvimento cultural dos cidadãos. Além disso, propostas inovadoras e pedagogias participativas, como as defendidas por Paulo Freire, demonstram a busca por uma educação mais inclusiva e engajadora. Com o acesso universal ao ensino fundamental e as mudanças promovidas pela Constituição Federal de 1988, houve uma significativa melhora no panorama educacional, principalmente para as gerações mais jovens. No entanto, ainda é urgente

a adoção de políticas e programas específicos para a educação de adultos, visando combater as disparidades educacionais existentes e proporcionar oportunidades de aprendizado ao longo da vida para toda a população. É necessário um compromisso contínuo e abrangente para enfrentar os desafios da educação no Brasil, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a uma educação de qualidade, independente da idade ou região em que vivem.

DINIZ, G. M.; MACHADO, D. DE Q.; MOURA, H. J. DE. Políticas públicas de combate ao analfabetismo no Brasil: uma investigação sobre a atuação do Programa Brasil Alfabetizado em municípios do Ceará. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 3, p. 641-666, jun. 2014.

FRIEDRICH, M. et al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, n. 67, p. 389-410, 1 jun. 2010.

SAMPAIO, C. E. M.; HIZIM, L. A. A educação de jovens e adultos e sua imbricação com o ensino regular. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 103, n. 264, p. 271-298, 10 out. 2022.

SILVA, T. D. Compreensão e aplicação da Lei nº 10.639/03 na educação de jovens e adultos, na região de Mariana-MG.. **www.monografias.ufop.br**, 2019.